

Mau português, más intenções

Pode ser coisa de ingenuidade ou neobobice, mas ainda penso que os documentos oficiais, desde a Constituição até uma portaria municipal ou sinal de trânsito, devem ser redigidos em português correto. Daí a minha surpresa na leitura da carta de intenções do governo brasileiro ao Fundo Monetário Internacional. Não sou dado a autoflagelação, mas confesso que não resisti à curiosidade mórbida de ler – pela primeira vez na vida – uma carta de intenções. Já houve uma porção delas. Todo mundo sabe que se trata de um documento inconseqüente, recheado de promessas que ou são executadas e significam ferro no povo, ou não são, e acabam no lixo da história.

Lá está presente o economês, esse jargão abominável que assola o país. Mas, mesmo com suas conhecidas características de pedanteria e os seus barbarismos que reclamam um glossário especial, sempre se esperaria, dada a importância do momento, algum cuidado de redação. Ainda se comprehende que, tendo um destinatário que só vai ler mesmo o texto em inglês (resumido), haja preocupação em pensar como será expresso tal ou qual conceito a ser traduzido para essa língua, que é a do dono do cofre. Mesmo com esse desconto, são lamentáveis a pobreza geral do estilo e a sintaxe capenga das mal traçadas linhas da carta de intenções. O que me espantou, em particular, foi descobrir que certos termos, ali, adquirem um sentido inédito em português. Veja-se este trecho do item 21:

“O governo reconhece que existe escopo considerável para racionalizar as operações de governo e para aperfeiçoar o processo orçamentário. O governo federal ainda está executando certas funções que seriam mais apropriadamente atribuídas aos estados. De forma mais geral, o governo começou a planejar a introdução no ano 2000 de um sistema mais rigoroso de avaliação de projetos (...). Será realizada uma avaliação ampla dos programas existentes para verificar se ainda estão alinhados com as prioridades do governo.”

Note-se: a palavra governo aparece aí nada menos que cinco vezes; há dois cacófatos mamários (“forma mais” e “sistema mais”); e a palavra escopo é usada numa acepção enigmática – a mesma que já ocorreu no item 19, segundo o qual “o atual regime tarifário brasileiro (...) aumenta o escopo para sonegação e evasão de impostos”.

Para descobrir o que os missivistas queriam dizer com esse “escopo”, tive de recorrer a um bom dicionário de inglês. Fui ao *Webster's* e verifiquei que, em inglês, *scope*, entre outros significados, tem o de *space or opportunity for free and unhampered notion, activity, intention, thought or vision*. Em suma: escopo perde o sentido vernáculo de alvo, mira, propósito, intuito, intenção, e passa a significar o mesmo que *scope* ou *opportunity* – isto é, espaço. Vira, literalmente, pelo avesso.

O exemplo mostra como é distorcida a verbalização dos PhD harvardianos da equipe econômica do governo, vaidosos de aparentar familiaridade com o pensamento único da era global, em sua língua de origem. Mas não ficam aí. Produzem outras impropriedades, como: “através de” em vez de “por intermédio de”, “crescente despoupança”, “externalidade”, “compartilhamento”, “aparato regulatório” etc.

Isso quanto à forma. E o conteúdo? Trata-se de uma carta feita expressamente para agradar e atender às exigências do FMI, órgão zelador dos interesses dos nossos credores. Em nenhum momento faz a ressalva de que todas as promessas devem estar subordinadas ao imperativo da soberania nacional; de que, como já foi dito em outras ocasiões, a dívida externa não se paga com a fome do povo. Gaba a continuada abertura da economia e “o mais amplo programa de privatização da história”, mas faz silêncio sobre o financiamento, com dinheiro público, de grupos de negociatas nativos e estrangeiros nos leilões de empresas estatais. Com alvoroço, promete medidas que vão inevitavelmente causar maior desemprego e recessão, agravando a monstruosa distribuição de renda no país.

Enfim: é uma carta de más intenções, escrita em mau português.